Medida Provisória n° 786, de 2017

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas, altera a Lei nº 11.578, de 26 de novembro 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, e a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.-ABGF.

Explicação da Ementa:

A medida provisória (MPV) dispõe sobre a participação da União em fundo de natureza privada sob regime de cotas com finalidade exclusiva de contratar serviços técnicos profissionais especializados, visando apoiar a estruturação e o desenvolvimento de projetos de concessão e parcerias público-privadas (PPP) da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como alterar as Leis nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, que, entre outros dispositivos, autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF, e nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH nos exercícios de 2007 e 2008, em conformidade com o art. 1º da Medida, observando-se o limite de R$ 180 milhões.

Assunto: Administração Pública - Terceiro Setor, Parcerias Público-Privadas e Desestatização

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada na forma de Projeto de Lei

Destino: À sanção

Último local: 22/11/2017 - Coordenação de Arquivo

Último estado: 05/12/2017 - TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Despacho:

01/08/2017

null

Análise - Tramitação sucessiva

(CN-CMMPV 786/2017) Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

Relatoria:

CMMPV 786/2017 - (Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de

Relator(es):

Senador Elmano Férrer (encerrado em 03/10/2017 - Deliberação da matéria)

PLEN - (Plenário do Senado Federal)

Relator(es):

Senador Elmano Férrer (encerrado em 22/11/2017 - Parecer de Plenário)

TRAMITAÇÃO

26/03/2018 SF-COARQ - Coordenação de Arquivo

Ação: Recebido e arquivado.

22/03/2018 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Remetido Ofício CN nº 159, de 22/03/2018, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando o término do prazo para apresentação de Projeto de Decreto Legislativo, nos termos do § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN. (fl. 188)

À COARQ.

16/03/2018 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Em 15-03-2018 esgotou-se o prazo previsto no § 11 do art. 62 da Constituição Federal e no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da presente Medida Provisória, cuja vigência encerrou-se em 05-12-2017, com a publicação da Lei nº 13.529, de 2017, sancionada em 04-12-2017 (§ 12 do art. 62 da Constituição Federal).

É extinta a Comissão Mista destinada a apreciar a matéria (§ 3º do art. 11 da Resolução nº 1,de 2002-CN).

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

À Secretaria de Expediente e, posteriormente, ao Arquivo.

(Comunicação publicada no Diário do Congresso Nacional – DCN – de 22-03-2018).

Publicado no DCN Páginas 47 - DCN nº 8

08/12/2017 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: A presente Medida Provisória aguarda o prazo final para apresentação de projeto de decreto legislativo (§§ 2º e 3º do art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN), a encerrar-se em 15/03/2017.
********** Retificado em 11/12/2017**********
No prazo regimental, a Comissão Mista não se reuniu para apresentar o projeto de decreto legislativo, nos termos do art. 11, § 1°, da Resolução nº 1, de 2002-CN.
A presente Medida Provisória aguarda o prazo final para apresentação de projeto de decreto legislativo (§§ 2º e 3º do art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN), a encerrar-se em 15/03/2018.

07/12/2017 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Remetido Ofício CN nº 635, de 07/12/17, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando, para os devidos fins, o incluso autógrafo do Projeto de Lei de Conversão nº 32/17, sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, e transformado na Lei nº 13.529, de 04 de dezembro de 2017. (fl. 186).

À SLCN.

06/12/2017 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Ação: Anunciado o recebimento, do Senhor Presidente da República, da Mensagem nº 502, de 2017, na origem, comunicando a sanção ao Projeto de Lei de Conversão originário da MPV nº 786, de 2017, e restitui os autógrafos do presente projeto, sancionado e transformado na Lei nº 13.529, de 2017.
Será feita a devida comunicação á Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 236-237

06/12/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

TRAMITAÇÃO

Ação: Encaminhado ao Plenário.

06/12/2017 CMMPV 786/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

Ação: À SLSF, a pedido.

05/12/2017 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Ação: (PR) PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.
SANCIONADA. LEI 13.529 DE 2017.
DOU (Diário Oficial da União) - 05/12/2017 - Seção I - págs. 1 e 2.
Sancionada em 04/12/2017.

À COCM.

05/12/2017 CMMPV 786/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

Ação: À SEXPE, a pedido.

29/11/2017 SF-COCM - Coordenação de Comissões Mistas

Ação: Aguardando a elaboração do projeto de decreto legislativo pela Comissão Mista, nos termos do art. 11, caput, da Resolução nº 01, de 2002-CN.
Prazo: 22/11/2017 a 07/12/2017.

28/11/2017 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: REMETIDA À SANÇÃO

Ação: Remetido Ofício CN nº 616, de 28/11/17, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, encaminhando a Mensagem CN nº 107/17, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 32/17.(fls. 164 a 169).

Remetido Ofício CN nº 617, de 28/11/17, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto de Lei de Conversão nº 32/17, foi encaminhado à sanção presidencial (fls. 170).

À COCM.

28/11/2017 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Recebimento do Ofício nº 617/2017 (CN) comunicando remessa à sanção.

24/11/2017 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Anexado o texto revisado (fls. 159 a 163).

22/11/2017 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Situação: APROVADO O PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Ação: Aprovado o projeto de lei conversão, com adequações redacionais,

TRAMITAÇÃO

À sanção.
DETALHAMENTO DA AÇÃO LEGISLATIVA
O Senado Federal recebeu o Ofício nº 1.413/2017, do Presidente da Câmara dos Deputados, submetendo à apreciação desta Casa, o presente Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 2017 (proveniente da Medida Provisória nº 786, de 2017).
A Presidência comunica ao Plenário que o prazo foi prorrogado por Ato da Mesa do Congresso Nacional, e esgotar-se-á em 23/11/2017.
A Presidência inclui a matéria na Ordem do Dia da 177ª Sessão Deliberativa Ordinária de hoje.
Matéria incluída na Ordem do Dia da 178ª Sessão Deliberativa Extraordinária de hoje.
Matéria incluída na Ordem do Dia da 179ª Sessão Deliberativa Extraordinária de hoje.
É proferido pelo Senador Elmano Ferrer, o Parecer nº 209, de 2017 – PLEN, concluindo pela apresentação de duas adequações redacionais.
A Senadora Lídice da Mata suscita questão de ordem sobre o interstício para apreciação de medidas provisórias, sendo indeferida pela Presidência e tendo o Senador Lindbergh Farias apresentado recurso ao Plenário, ficando mantida a decisão da Presidência com o seguinte resultado: Sim – 38; Não – 17; Presidente -1; Total – 56.
Aprovados os pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de adequação financeira e orçamentária, e pertinência temática.
Discussão encerrada.
Aprovado o PLV 32/2017 com as adequações redacionais (o texto será consolidado nos autógrafos), com votos contrários dos Senadores José Pimentel e Randolfe Rodrigues.
Ficam prejudicadas a medida provisória e as emendas a ela apresentadas..
À sanção.
Posteriormente, o processado vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Publicado no DSF Páginas 12

Publicado no DSF Páginas 594-602

Publicado no DSF Páginas 597-602

Publicado no DSF Páginas 106-117

Publicado no DSF Páginas 87-88

Publicado no DSF Páginas 61-101

22/11/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Aguardando leitura no Senado Federal.

22/11/2017 Mesa - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Encaminhada ao Senado Federal.

10/10/2017 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: MEDIDA PROVISÓRIA ENVIADA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ação: Remetido Ofício CN nº 490 de 10/10/17, encaminhando à Presidência da Câmara dos Deputados o processado e respectivos autógrafos da referida Medida Provisória (PLV nº 32, aprovado com emendas pela Comissão Mista).

À CD.

03/10/2017 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Será feita a publicação, no Diário do Congresso Nacional de 05/10/2017, do Parecer nº 01, de 2017, da Comissão Mista destinada a apreciar a presente Medida Provisória, que concluiu pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 32/2017.
À Secretaria de Expediente para envio à Câmara dos Deputados.

Publicado no DCN Páginas 402-432

TRAMITAÇÃO

03/10/2017 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Juntadas as páginas contendo a tramitação da matéria na Comissão Mista (fls. 107 a 110), a Ordem do Dia do Congresso Nacional com a composição da Comissão Mista (fls. 111 a 113), e os seguintes ofícios de substituição (fls. 114 a 131):
- Ofício nº 142, de 2017, do PSB - CD;
- Ofício nº 605, de 2017, do PSDB - CD;
- Ofício nº 48, de 2017, do Bloco Parlamentar Democracia Progressista - SF;
- Ofício nº 149, de 2017, do PMDB - SF;
- Ofício nº 538, de 2017, do PMDB - CD;
- Ofício nº 188, de 2017, do PSDB - SF;
- Ofício nº 255, de 2017, do Bloco PTB/PROS/PSL/PRP - CD;
- Ofício nº 170, de 2017, do PMDB - SF;
- Ofício nº 99, de 2017, do PCdoB - CD;
- Ofício nº 93, de 2017, do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática – SF;
- Ofício nº 284, de 2017, do DEM - CD;
- Ofício nº 90, de 2017, do Bloco Moderador - SF;
- Ofício nº 108, de 2017, do PCdoB - CD;
- Ofício nº 219, de 2017, do Bloco PP/PTdoB - CD;
- Ofício nº 437, de 2017, do PT - CD;
- Ofício nº 171, de 2017, do PSB - CD;
- Ofício nº 230, de 2017, do Bloco PP/PTdoB - CD;
- Ofício nº 452, de 2017, do PSD - CD.

03/10/2017 CMMPV 786/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Realizada a 2ª Reunião da Comissão Mista.
Aprovado o Relatório do Senador Elmano Férrer, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pela constitucionalidade e juridicidade da Medida Provisória nº 786, de 2017, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária, e, quanto ao mérito, por sua aprovação, com acatamento total das Emendas nºs 13 e 15; acatamento parcial das Emendas nºs 2, 9, 10, 14 e 18; e pela rejeição das demais, na forma do projeto de lei de conversão apresentado.
Aprovada a ata da 2ª Reunião.
À SLCN.
(anexados: relatório, registro de presença, decisão da comissão, texto final e atas da 1ª e 2ª Reuniões às fls. 73 a 106).

03/10/2017 CMMPV 786/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

Ação: Recebido Relatório do Senador Elmano Férrer.

02/10/2017 CMMPV 786/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

Ação: Convocada Reunião da Comissão Mista para o dia 3 de outubro de 2017.

22/09/2017 CMMPV 786/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

Ação: Prorrogado por sessenta dias o prazo de vigência da Medida Provisória pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 44, de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 22/09/2017, nos termos do art. 10, § 1º da Resolução nº 1/2002-CN (fl. 72).

30/08/2017 CMMPV 786/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

Ação: Recebido o Ofício nº 975/2017/SGM/P, do Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando ao Presidente da Comissão Mista que o prazo final para o recebimento da MPV nº 786/2017 por aquela Casa é no dia 1º de novembro de 2017 (fl. 71).

TRAMITAÇÃO

23/08/2017 CMMPV 786/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Realizada a 1ª Reunião da Comissão Mista. A Comissão é instalada, sendo eleitos o Deputado Ronaldo Carletto para Presidente e o Senador Eduardo Amorim para Vice-Presidente; e designado Relator o Senador Elmano Férrer.
Aprovada a ata da 1ª Reunião.
Encaminhado ao Presidente do Congresso Nacional o Ofício nº 001/MPV786-2017, do Deputado Ronaldo Carletto, Presidente Eleito, comunicando o resultado da 1ª Reunião (anexados convocação, lista de presença e Ofício nº 001 às fls. 68 a 70).

23/08/2017 CMMPV 786/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

Ação: Convocada reunião de instalação da Comissão Mista para o dia 23 de agosto de 2017.

10/08/2017 CMMPV 786/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

Ação: Feita a comunicação à Câmara dos Deputados acerca da constituição da Comissão Mista e do calendário de tramitação da matéria por meio do Ofício nº 373-CN, nos termos do § 7º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN (fl. 67).

03/08/2017 CMMPV 786/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 23 (vinte e três) emendas à Medida Provisória, de autoria dos Senhores Parlamentares: Deputado Federal Aureo 001; Deputado Federal Herculano Passos 002, 003, 004; Senador Dalirio Beber 005; Deputado Federal João Gualberto 006; Deputado Federal Hildo Rocha 007, 008; Deputado Federal Luiz Carlos Hauly 009; Deputado Federal José Guimarães 010, 011, 012, 013, 017; Deputado Federal Rubens Pereira Júnior 014, 015, 016; Deputado Federal Alfredo Kaefer 018, 019, 020, 021, 022, 023 (fls. 31 a 66).
As emendas serão publicadas no Diário do Congresso Nacional no dia 10/08/2017.

01/08/2017 CMMPV 786/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Aguardando recebimento de emendas perante a Comissão Mista, nos termos do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Recebida Nota Técnica nº 30/2017, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, atendendo ao disposto no artigo 19, da Resolução nº 1/2002-CN (fls. 24 a 30).

01/08/2017 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Situação: MATÉRIA DESPACHADA

Ação: A presente Medida Provisória, adotada pelo Exmo Sr. Presidente da República em 12 de julho de 2017, foi publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2017, e encaminhada ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 233 de 2017.
Designada, em 1º de agosto de 2017, a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria (arts. 2º e 3º da Resolução nº 1 de 2002-CN, e art. 10-A do Regimento Comum).(fls. 18 a 23)
São os seguintes os Ofícios de indicação das lideranças:
- Ofício nº 15/2017, do Bloco PTB/PROS/PSL/PRP, da CD; e
- Memorando nº 57/2017, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia, do SF.
A composição da Comissão Mista e do calendário de tramitação da matéria estão publicados na Ordem do Dia do Congresso Nacional e serão publicados no Diário do Congresso Nacional de 3 de agosto de 2017.
Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados (§7º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN).
Matéria remetida à Coordenação de Comissões Mistas.

Publicado no DCN Páginas 7-12

13/07/2017 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

TRAMITAÇÃO

Ação: Juntada a Mensagem n° 233, de 2017, que encaminha ao Congresso Nacional o texto da Medida Provisória n° 786, de 12 de julho de 2017 (DOU de 13/07/2017), às fls. 4 a 17.

13/07/2017 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO MEMBROS COMISSÃO

Ação: Publicado no DOU de 13/07/2017, na página 1, a Medida Provisória 786/2017.
Calendário da Medida Provisória:
- Designação da comissão: até 17/07/2017;
- Emendas: de 13/07/2017 até 02/08/2017;
- Prazo na comissão: *;
- Remessa do processo à CD: -;
- Prazo na CD: até 23/08/2017 (até o 28° dia);
- Recebimento previsto no SF: até 23/08/2017;
- Prazo no SF: de 24/08/2017 até 06/09/2017 (42° dia);
- Se modificado, devolução à CD: até 06/09/2017;
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 07/09/2017 até 09/09/2017 (43° ao 45° dia);
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: até 10/09/2017 (46° dia);
- Prazo final no Congresso: até 24/09/2017 (60 dias).

* A Comissão Mista deve, obrigatoriamente, emitir parecer antes de a matéria ser submetida aos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (art. 62, § 9º - CF / Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 - DOU de 16/03/2012)

Publicado no DOU Páginas 1

DOCUMENTOS

MPV 786/2017

Data: 13/07/2017

Autor: Presidência da República

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Descrição/Ementa: Dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas, altera a Lei nº 11.578, de 26 de novembro 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, e a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.-ABGF.

Avulso inicial da matéria

Data: 13/07/2017

Autor: Senado Federal

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Quadro Comparativo

Data: 13/07/2017

Autor: Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Juntada a Mensagem n° 233, de 2017, que encaminha ao Congresso Nacional o texto da Medida Provisória n° 786, de 12 de julho de 2017 (DOU de 13/07/2017), às fls. 4 a 17.

Descrição/Ementa: Legislação x MPV 786/2017

Sumário Executivo

DOCUMENTOS

Data: 24/07/2017
Autor: Senado Federal
Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

EMENDA 1 - MPV 786/2017

Data: 01/08/2017
Autor: Deputado Federal Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE/RJ)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017
Descrição/Ementa: Emenda do Dep. Aureo à MPV 786/2017.

EMENDA 2 - MPV 786/2017

Data: 01/08/2017
Autor: Deputado Federal Herculano Passos (PSD/SP)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017
Descrição/Ementa: Dá nova redação à MPV 786/2017.

EMENDA 3 - MPV 786/2017

Data: 01/08/2017
Autor: Deputado Federal Herculano Passos (PSD/SP)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017
Descrição/Ementa: Dá nova redação à MPV 786/2017.

EMENDA 4 - MPV 786/2017

Data: 01/08/2017
Autor: Deputado Federal Herculano Passos (PSD/SP)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017
Descrição/Ementa: Dá nova redação à MPV 786/2017.

Nota Técnica

Data: 01/08/2017
Autor: Senado Federal
Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017
Ação Legislativa: Aguardando recebimento de emendas perante a Comissão Mista, nos termos do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Recebida Nota Técnica nº 30/2017, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, atendendo ao disposto no artigo 19, da Resolução nº 1/2002-CN (fls. 24 a 30).

EMENDA 5 - MPV 786/2017

Data: 02/08/2017
Autor: Senador Dalirio Beber (PSDB/SC)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

EMENDA 6 - MPV 786/2017

DOCUMENTOS

Data: 02/08/2017

Autor: Deputado Federal João Gualberto (PSDB/BA)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

Descrição/Ementa: Propõe alterações aos textos da MPV 786/17, e da Lei 8.666/93 para inclusão, nos referidos diplomas, de exigência de Correção Monetária sobre os recursos a serem repassados pela União aos demais Entes Federados no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC; do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH; e dos demais convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados pelos órgãos e entidades da Administração.

EMENDA 7 - MPV 786/2017

Data: 02/08/2017

Autor: Deputado Federal Hildo Rocha (MDB/MA)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

Descrição/Ementa: Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 786, de 18 de maio de 2017, os seguintes artigos que alteram o § 2º do art. 6º e o art. 14 da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.

EMENDA 8 - MPV 786/2017

Data: 02/08/2017

Autor: Deputado Federal Hildo Rocha (MDB/MA)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

Descrição/Ementa: O art. 2º da Medida Provisória 786, de 2017, passa a vigorar acrescido da seguinte modificação: Art. 2º..... ..... § 3º .... III - pelos reembolsos dos valores despendidos pelo agente administrador na contratação dos serviços de que trata o art. 1º, que será reembolsado pelo parceiro privado vencedor da futura licitação instaurada pelo Ente Federativo ou consórcio público para execução do projeto de concessão e parcerias público-privadas subsidiado pelo Fundo;

EMENDA 9 - MPV 786/2017

Data: 02/08/2017

Autor: Deputado Federal Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

Descrição/Ementa: Dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas, altera a Lei nº 11.578, de 26 de novembro 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, e a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF.

EMENDA 10 - MPV 786/2017

Data: 02/08/2017

Autor: Deputado Federal José Guimarães (PT/CE)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

Descrição/Ementa: Acrescente-se o parágrafo único ao art. 1° da Medida Provisória 786/2017

EMENDA 11 - MPV 786/2017

Data: 02/08/2017

Autor: Deputado Federal José Guimarães (PT/CE)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

Descrição/Ementa: Acrescente-se o parágrafo único ao art. 1° da Medida Provisória 786/2017

DOCUMENTOS

EMENDA 12 - MPV 786/2017

Data: 02/08/2017

Autor: Deputado Federal José Guimarães (PT/CE)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

Descrição/Ementa: Altere-se o art. 2°, §1°, da Medida Provisória 786/17.

EMENDA 13 - MPV 786/2017

Data: 02/08/2017

Autor: Deputado Federal José Guimarães (PT/CE)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

Descrição/Ementa: Altere-se o art. 1° da Medida Provisória 786/2017

EMENDA 14 - MPV 786/2017

Data: 02/08/2017

Autor: Deputado Federal Rubens Pereira Júnior (PCdoB/MA)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

Descrição/Ementa: Dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas, altera a Lei nº 11.578, de 26 de novembro 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, e a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF.

EMENDA 15 - MPV 786/2017

Data: 02/08/2017

Autor: Deputado Federal Rubens Pereira Júnior (PCdoB/MA)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

Descrição/Ementa: Dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas, altera a Lei nº 11.578, de 26 de novembro 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, e a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF.

EMENDA 16 - MPV 786/2017

Data: 02/08/2017

Autor: Deputado Federal Rubens Pereira Júnior (PCdoB/MA)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

Descrição/Ementa: Dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas, altera a Lei nº 11.578, de 26 de novembro 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, e a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF.

EMENDA 17 - MPV 786/2017

Data: 02/08/2017

Autor: Deputado Federal José Guimarães (PT/CE)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

DOCUMENTOS

Descrição/Ementa: Acrescente-se o parágrafo 10 ao art. 2° da Medida Provisória 786/2017.

EMENDA 18 - MPV 786/2017

Data: 03/08/2017

Autor: Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

Descrição/Ementa: Dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas, altera a Lei nº 11.578, de 26 de novembro 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, e a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF.

EMENDA 19 - MPV 786/2017

Data: 03/08/2017

Autor: Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

Descrição/Ementa: Dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas, altera a Lei nº 11.578, de 26 de novembro 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, e a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF.

EMENDA 20 - MPV 786/2017

Data: 03/08/2017

Autor: Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

Descrição/Ementa: Dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas, altera a Lei nº 11.578, de 26 de novembro 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, e a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF.

EMENDA 21 - MPV 786/2017

Data: 03/08/2017

Autor: Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

Descrição/Ementa: Dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas, altera a Lei nº 11.578, de 26 de novembro 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, e a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF.

EMENDA 22 - MPV 786/2017

Data: 03/08/2017

Autor: Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

Descrição/Ementa: Dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas, altera a Lei nº 11.578, de 26 de novembro 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, e a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira

DOCUMENTOS

Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF.

EMENDA 23 - MPV 786/2017

Data: 03/08/2017

Autor: Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

Descrição/Ementa: Dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas, altera a Lei nº 11.578, de 26 de novembro 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, e a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF.

Avulso de emendas

Data: 03/08/2017

Autor: Senado Federal

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

Ação Legislativa: Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 23 (vinte e três) emendas à Medida Provisória, de autoria dos Senhores Parlamentares: Deputado Federal Aureo 001; Deputado Federal Herculano Passos 002, 003, 004; Senador Dalirio Beber 005; Deputado Federal João Gualberto 006; Deputado Federal Hildo Rocha 007, 008; Deputado Federal Luiz Carlos Hauly 009; Deputado Federal José Guimarães 010, 011, 012, 013, 017; Deputado Federal Rubens Pereira Júnior 014, 015, 016; Deputado Federal Alfredo Kaefer 018, 019, 020, 021, 022, 023 (fls. 31 a 66).
As emendas serão publicadas no Diário do Congresso Nacional no dia 10/08/2017.

Relatório Legislativo

Data: 03/10/2017

Autor: Senador Elmano Férrer (MDB/PI)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

Ação Legislativa: Recebido Relatório do Senador Elmano Férrer.

Descrição/Ementa: apresentado em 03.10.2017.

Texto final da Comissão - PLV

Data: 03/10/2017

Autor: Comissão

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

Ação Legislativa: Realizada a 2ª Reunião da Comissão Mista.
Aprovado o Relatório do Senador Elmano Férrer, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pela constitucionalidade e juridicidade da Medida Provisória nº 786, de 2017, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária, e, quanto ao mérito, por sua aprovação, com acatamento total das Emendas nºs 13 e 15; acatamento parcial das Emendas nºs 2, 9, 10, 14 e 18; e pela rejeição das demais, na forma do projeto de lei de conversão apresentado.
Aprovada a ata da 2ª Reunião.
À SLCN.
(anexados: relatório, registro de presença, decisão da comissão, texto final e atas da 1ª e 2ª Reuniões às fls. 73 a 106).

Decisão de Comissão

Data: 03/10/2017

Autor: Comissão do Congresso Nacional

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

DOCUMENTOS

PAR 1/2017

Data: 03/10/2017

Autor: Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 786, de 2017

Ação Legislativa: Realizada a 2ª Reunião da Comissão Mista.
Aprovado o Relatório do Senador Elmano Férrer, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pela constitucionalidade e juridicidade da Medida Provisória nº 786, de 2017, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária, e, quanto ao mérito, por sua aprovação, com acatamento total das Emendas nºs 13 e 15; acatamento parcial das Emendas nºs 2, 9, 10, 14 e 18; e pela rejeição das demais, na forma do projeto de lei de conversão apresentado.
Aprovada a ata da 2ª Reunião.
À SLCN.
(anexados: relatório, registro de presença, decisão da comissão, texto final e atas da 1ª e 2ª Reuniões às fls. 73 a 106).

Descrição/Ementa: apresentado em 03.10.2017.

Quadro Comparativo

Data: 03/10/2017

Autor: Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Será feita a publicação, no Diário do Congresso Nacional de 05/10/2017, do Parecer nº 01, de 2017, da Comissão Mista destinada a apreciar a presente Medida Provisória, que concluiu pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 32/2017.
À Secretaria de Expediente para envio à Câmara dos Deputados.

Descrição/Ementa: Legislação X MPV 786/2017 X PLV 32/2017 (aprovado na Comissão Mista)

Texto inicial - Projeto de Lei

Data: 22/11/2017

Autor: Câmara dos Deputados

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas; altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada na administração pública, a Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF).

Avulso de PLV

Data: 22/11/2017

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas; altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada na administração pública, a Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF).

Quadro Comparativo

Data: 22/11/2017

Autor: Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

DOCUMENTOS

Descrição/Ementa: Legislação x MPV x PLV 32/2017 da Comissão x PLV aprovado na Câmara

Avulso de parecer

Data: 22/11/2017

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Aprovado o projeto de lei conversão, com adequações redacionais,
À sanção.
DETALHAMENTO DA AÇÃO LEGISLATIVA
O Senado Federal recebeu o Ofício nº 1.413/2017, do Presidente da Câmara dos Deputados, submetendo à apreciação desta Casa, o presente Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 2017 (proveniente da Medida Provisória nº 786, de 2017).
A Presidência comunica ao Plenário que o prazo foi prorrogado por Ato da Mesa do Congresso Nacional, e esgotar-se-á em 23/11/2017.
A Presidência inclui a matéria na Ordem do Dia da 177ª Sessão Deliberativa Ordinária de hoje.
Matéria incluída na Ordem do Dia da 178ª Sessão Deliberativa Extraordinária de hoje.
Matéria incluída na Ordem do Dia da 179ª Sessão Deliberativa Extraordinária de hoje.
É proferido pelo Senador Elmano Ferrer, o Parecer nº 209, de 2017 – PLEN, concluindo pela apresentação de duas adequações redacionais.
A Senadora Lídice da Mata suscita questão de ordem sobre o interstício para apreciação de medidas provisórias, sendo indeferida pela Presidência e tendo o Senador Lindbergh Farias apresentado recurso ao Plenário, ficando mantida a decisão da Presidência com o seguinte resultado: Sim – 38; Não – 17; Presidente -1; Total – 56.
Aprovados os pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de adequação financeira e orçamentária, e pertinência temática.
Discussão encerrada.
Aprovado o PLV 32/2017 com as adequações redacionais (o texto será consolidado nos autógrafos), com votos contrários dos Senadores José Pimentel e Randolfe Rodrigues.
Ficam prejudicadas a medida provisória e as emendas a ela apresentadas..
À sanção.
Posteriormente, o processado vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Descrição/Ementa: Adequação redacional 1 ao PLV 32/2017, apresentado como conclusão de Parecer de Plenário.

Avulso de parecer

Data: 22/11/2017

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Aprovado o projeto de lei conversão, com adequações redacionais,
À sanção.
DETALHAMENTO DA AÇÃO LEGISLATIVA
O Senado Federal recebeu o Ofício nº 1.413/2017, do Presidente da Câmara dos Deputados, submetendo à apreciação desta Casa, o presente Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 2017 (proveniente da Medida Provisória nº 786, de 2017).
A Presidência comunica ao Plenário que o prazo foi prorrogado por Ato da Mesa do Congresso Nacional, e esgotar-se-á em 23/11/2017.
A Presidência inclui a matéria na Ordem do Dia da 177ª Sessão Deliberativa Ordinária de hoje.
Matéria incluída na Ordem do Dia da 178ª Sessão Deliberativa Extraordinária de hoje.
Matéria incluída na Ordem do Dia da 179ª Sessão Deliberativa Extraordinária de hoje.
É proferido pelo Senador Elmano Ferrer, o Parecer nº 209, de 2017 – PLEN, concluindo pela apresentação de duas adequações redacionais.
A Senadora Lídice da Mata suscita questão de ordem sobre o interstício para apreciação de medidas provisórias, sendo indeferida pela Presidência e tendo o Senador Lindbergh Farias apresentado recurso ao Plenário, ficando mantida a decisão da Presidência com o seguinte resultado: Sim – 38; Não – 17; Presidente -1; Total – 56.
Aprovados os pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de adequação financeira e orçamentária, e pertinência temática.
Discussão encerrada.
Aprovado o PLV 32/2017 com as adequações redacionais (o texto será consolidado nos autógrafos), com votos contrários dos Senadores José Pimentel e Randolfe Rodrigues.
Ficam prejudicadas a medida provisória e as emendas a ela apresentadas..
À sanção.
Posteriormente, o processado vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Descrição/Ementa: Adequação redacional 2 ao PLV 32/2017, apresentado como conclusão de Parecer de Plenário.

DOCUMENTOS

OFCN 490/2017

Data: 28/11/2017

Autor: Presidente do Congresso Nacional

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 616, de 28/11/17, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, encaminhando a Mensagem CN nº 107/17, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 32/17.(fls. 164 a 169).

Remetido Ofício CN nº 617, de 28/11/17, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto de Lei de Conversão nº 32/17, foi encaminhado à sanção presidencial (fls. 170).

À COCM.

Descrição/Ementa: Encaminha à Câmara dos Deputados o Processado da Medida Provisória nº 786, de 2017.

MPCN 107/2017

Data: 28/11/2017

Autor: Presidente do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 616, de 28/11/17, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, encaminhando a Mensagem CN nº 107/17, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 32/17.(fls. 164 a 169).

Remetido Ofício CN nº 617, de 28/11/17, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto de Lei de Conversão nº 32/17, foi encaminhado à sanção presidencial (fls. 170).

À COCM.

Descrição/Ementa: Minuta de mensagem referente ao Projeto de Lei de Conversão n° 32, de 2017.

OFCN 616/2017

Data: 28/11/2017

Autor: Primeiro-Secretário do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 616, de 28/11/17, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, encaminhando a Mensagem CN nº 107/17, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 32/17.(fls. 164 a 169).

Remetido Ofício CN nº 617, de 28/11/17, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto de Lei de Conversão nº 32/17, foi encaminhado à sanção presidencial (fls. 170).

À COCM.

Descrição/Ementa: Minuta de ofício referente ao Projeto de Lei de Conversão n° 32, de 2017.

OFCN 617/2017

Data: 28/11/2017

Autor: Presidente do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 616, de 28/11/17, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, encaminhando a Mensagem CN nº 107/17, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 32/17.(fls. 164 a 169).

Remetido Ofício CN nº 617, de 28/11/17, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto de Lei de Conversão nº 32/17, foi encaminhado à sanção presidencial (fls. 170).

DOCUMENTOS

À COCM.

Descrição/Ementa: Minuta de ofício referente ao Projeto de Lei de Conversão n° 32, de 2017.

OFCN 635/2017

Data: 07/12/2017

Autor: Primeiro-Secretário do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Descrição/Ementa: Encaminha à Câmara dos Deputados o autógrafo sancionado do Projeto de Lei de Conversão n° 32, de 2017 (MPV n° 786,de 2017).

Autógrafo - PLV 32/2017

Data: 22/03/2018

Autor: Senado Federal

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 159, de 22/03/2018, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando o término do prazo para apresentação de Projeto de Decreto Legislativo, nos termos do § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN. (fl. 188)

À COARQ.

Descrição/Ementa: Dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas, altera a Lei nº 11.578, de 26 de novembro 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, e a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.-ABGF.

OFCN 159/2018

Data: 22/03/2018

Autor: Presidente do Congresso Nacional

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 159, de 22/03/2018, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando o término do prazo para apresentação de Projeto de Decreto Legislativo, nos termos do § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN. (fl. 188)

À COARQ.

Descrição/Ementa: Comunica à Câmara dos Deputados a extinção da Comissão Mista destinada a apreciar a MPV n° 786, de 2017, o fim do prazo para edição de decreto legislativo disciplinando as relações jurídicas decorrentes da presente Medida Provisória, bem como o envio da matéria ao arquivo.
